



## PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 50/2022

Pregão Presencial Registro de Preços nº 25/2022

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES.**

### RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38, da Lei nº 8.666/93, que dispõe:

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.”

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93.

Processo de licitação instaurado a partir de solicitação do Sr. Secretário Municipal de Saúde. O prefeito autorizou a abertura do processo de licitação. A Comissão de Licitação está regularizada. Estão anexados os orçamentos fornecidos por empresas do ramo, o Edital e a Minuta do Contrato.

Era o que havia a relatar.

### FUNDAMENTAÇÃO:

A justificativa para a realização da licitação é a necessidade de aquisição é a necessidade de abastecimentos das unidades de saúde que realizam procedimentos hospitalares como curativos, traumas, microcirurgias e tratamento semi intensivo. Ressaltando-se que não há menção a respeito da demanda de cada uma das unidades.



A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.

O “caput” do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições”.

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas.

Importante salientar que, conforme estabelecido pelo art. 15, § 4º, da Lei 8.666/93, in verbis: ‘§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições’. Portanto, a contratação efetuada por





intermédio de registro de preços não é obrigatória, nem mesmo para o ente promotor/gerenciador da respectiva licitação.

O objeto da licitação deve ser descrito de forma a traduzir a real necessidade do Poder Público. a Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara.

O objeto está descrito conforme exige a legislação vigente. A relação dos produtos está anexada.


Vale ainda ressaltar, em apertada síntese, que os princípios aplicados às licitações são reflexos dos princípios do Direito Administrativo, essencialmente normatizado em sua estrutura. Ao selecionar particulares para prestação de serviços, ou fornecimento de produtos a administração não pode nunca se escusar da observação dos princípios concernentes à licitação, seja por questão de moralidade, seja por questão de legalidade, pois os princípios das licitações, mais que uma questão moral é uma questão legal, ante suas disposições na Constituição Federal de 1988 e legislação infraconstitucional (Lei Federal nº 8.666/93, dentre outras).

No caso, as quantidades licitadas, não significa que efetivamente serão compradas na totalidade, haja vista que a compra depende da demanda da Prefeitura, podendo variar as quantidades a serem compradas. Repisando que a licitação não apresenta previsão mínima da quantidade que será adquirida.

No caso, o Edital, anexos e a minuta de Contrato que compõem o processo atendem à legislação pertinente, assim, o parecer, com as ressalvas a serem sanadas, é favorável ao prosseguimento da licitação.

S.M.J.

Porto Esperidião, 25 de agosto de 2022.

  
José de Barros Neto  
0AB/MT 8841-B  
Portaria n.º 58/12